

**ATA DA 172ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE MEIO AMBIENTE
REALIZADA EM 13/12/2023**

Em 13 de dezembro de 2023, reuniu-se extraordinariamente o COMITÊ DE MEIO AMBIENTE, secretariado por mim, Marcos Joaquim de Santana. Presentes os membros abaixo elencados, em consonância com o Acordo de Acionistas. Presentes pela Companhia, o Diretor-Presidente, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, o Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Luiz Fernando Rolla e equipe, a Superintendente Socioambiental e de Sustentabilidade Sílvia Cabral e equipe.

O Sr. Marcelo José Cavalcanti Lopes, Coordenador do Comitê, deu início à reunião passando ao item da Pauta, sendo oportunizado ao Diretor-Presidente da Companhia, Paulo Roberto, uma introdução ao assunto, sendo elucidado ao Comitê o efeito do impacto socioambiental no orçamento do empreendimento, com um custo total previsto na grandeza de R\$6,7 Bi até a presente data e mais R\$8 Bi até o final da concessão, o que pode inviabilizar o empreendimento, não somente pela perspectiva de caixa, mas também pela natureza das obrigações que não guardam relação com seu impacto.

O Diretor-Presidente destacou o relatório da consultora Rose Hofmann, que foi apresentado no Conselho de Administração na última reunião, que após as análises produziu um relatório buscando separar as condicionantes que guardam relação com o projeto com aquelas que foram impostas sem guardar relação com ele, e que não deveriam ser responsabilidade da Companhia. A título de exemplo, narrou que a Companhia ganhou uma medida liminar, com os argumentos que tem utilizado advindos do relatório da consultora, sobre a separação entre atividade do Estado e do empreendimento, no que tange à intimação, dita na última reunião deste Comitê, para que, em 72 horas, a Companhia fornecesse água potável em Terra Indígena que dista mais de 500km da barragem.

Destacou que o custo anual das demandas socioambientais sofre aumento diante de inclusões ou ampliações de obrigações pelos órgãos e pontuou que a Companhia está buscando meios de fazer cessar esses pedidos dissociados do empreendimento. A Companhia propõe um contingenciamento orçamentário em 2024 diante do processo de revisão de obrigações que será conduzido.

Por fim, destacou que a Companhia está estudando meios de levar o assunto para a discussão junto ao Ministério de Meio Ambiente (MMA) e Presidência da República, IBAMA e ANEEL, a fim de que o empreendimento mantenha suas obrigações restritas às condicionantes que tenham nexo de causalidade com a usina. Em seguida, passou a palavra ao Diretor Luiz Fernando para apresentação da Proposta Orçamentária 2024.

1. Assunto Informativo:

(i) Previsão orçamentária 2024.

O Diretor Luiz Fernando apresentou a agenda da reunião, conforme material projetado em reunião, destacando a privacidade das informações, conforme *disclaimer* contido no material, pois as informações ora exibidas não são do conhecimento do mercado.

Destacou que muito dos apontamentos ora trazidos se deve em razão da mudança estrutural entre a previsão do projeto e o que se percebeu no decorrer da fase de operação, fazendo uma breve introdução dos cenários para 2024-2026 com a prevalência do hidrograma de geração B, em relação ao A para geração de energia; destacou que neste orçamento não estão inclusos os ganhos regulatórios *sub judice* (EVT e TEO Itaipú); destacou o contingenciamento do CAPEX; e, encerrando a introdução, abordou superficialmente o teste de *impairment*, assim como possibilidade de negociar um *Standstill* de janeiro/25 a junho/25, assim como a redução do capital social para adequação ao prejuízo.

No que se refere às premissas macroeconômicas: apresentou as projeções feitas pelo IPCA, TJLP (que ajusta o serviço da dívida), IGP-M e SELIC; no que tange às premissas de comercialização, como apresentado na reunião anterior, destacou os valores do PLD, GSF, GSF-Flat e Geração orçada para 2024.

Na sequência, informou que a conversão parcial da dívida do BNDES no montante de R\$ 10 bilhões é uma das premissas constantes do orçamento proposto.

No que tange à recuperabilidade dos investimentos, demonstrou os impactos sobre a estrutura econômico-financeira: o teste de *impairment*. Nessa demonstração, destacou o custo do financiamento do BNDES; outro destaque foi sobre o custo médio ponderado de capital, o que ainda está em discussão junto à auditoria para eventual aprovação da alternativa a ser proposta pela companhia.

A Simulação do DRE 2024 – 2026 decorreu de alguns itens extraordinários. A companhia está apresentando um prejuízo.

Em seguida demonstrou os impactos no Plano de Negócio, que no cenário 1 – capitalização BNDES em julho 2024 + *Standstill* BNDES janeiro/2025 a junho/2025, quando será melhorado o serviço da dívida e o resultado de caixa será utilizado através da conversão parcial da dívida com o BNDES por ações preferenciais resgatáveis. Afirma que essas duas ações resolvem as questões das perdas, apontando o lucro a partir dessa previsão, inclusive com distribuição de dividendos a partir de 2026.

Em relação ao contrato de financiamento com o BNDES, informou que foi apresentado pela Companhia que a única forma de resgatar a sua sustentabilidade é através da conversão da dívida em ações preferenciais.

Em seguida, o Diretor destacou as propostas acerca dos custos operacionais que estão no limite; os riscos hidrológicos com a redução de garantia física mitigados em 70% da garantia física; gestão tributária no limite; servido da dívida e outros;

Destacou que a Companhia procurou o BNDES apresentando o desequilíbrio da estrutura do contrato de concessão e a necessidade da entrada de novos investidores com APO por meio de emissão de novos títulos. A ideia é que a Companhia possa recomprar essas ações em até 10 anos e pagar dividendos mínimos de 5% dentro do período de 10 anos. Esse percentual é exatamente a receita líquida que o BNDES tem com o pagamento dos serviços da dívida, pois incide o PIS/COFINS e IR, sobrando 5%, o que tornaria atrativa essa alternativa.

O representante da Funcef, Sr. Emerson, questionou a diluição dos acionistas com essa operação e a ausência dessa previsão no orçamento 2024. Foi informado pelo Diretor Luiz Fernando que não há consideração dessas projeções no orçamento; em relação à diluição, ficará 57% em Ordinárias e 43% em Preferenciais, que apresenta uma diluição dos acionistas atuais. Destacou que haverá diluição com ou sem essa medida, mas haverá distribuição de dividendos se fizer esse movimento.

Explicou que momentaneamente reduz as ações Ordinárias, mas evita aporte de capital dos acionistas nos próximos anos. Em relação ao direito ao voto não há modificações, pois seriam emitidas apenas as preferenciais.

Em relação ao CAPEX contingenciado, apontou a discussão sobre o custo socioambiental, destacado na introdução do Presidente da Companhia, especialmente no que tange às atuações do Governo que foram incluídas nas condicionantes.

Destacou em números o CAPEX, sendo 116 empregados próprios e 780 terceirizados para atender a 230 impactos listados no EIA/RIA; 14 planos para execução na LO; 298 ações ambientais e outros. Pontuou os custos com almoxarifado e refeitório e sua necessidade para armazenamento dos equipamentos de manutenção das UGs, assim como o elevado custo de manutenção do refeitório, que foi projetado para

um número muito maior do que se atende hoje, trazendo precarização da estrutura e elevado custo de manutenção. Ainda em relação às estruturas, demonstrou a necessidade da construção do ambulatório informando que a equipe de brigadista está usando tendas par armazenar equipamentos e abrigo de pessoal, sendo necessária as instalações adequadas para os colaboradores que trabalham nela.

Foi questionado pelo Coordenador os fundamentos para a previsão de 13MM em informática, o que foi explicado pelo Diretor se tratar de renovação de hardware e software, manutenção de internet na volta grande do Xingu, de obrigação de condicionante. Também informou que o custo com segurança corporativa está ligado também à vigilância das áreas de proteção ambiental.

Pontuou que os custos não gerenciáveis correspondem a 85% como EUST, SPR-100, demais seguros, compras de energia, impostos e taxas.

Os custos totais com a comparação com a receita líquida, tem o PMSO em cerca de 6% da Receita Líquida. O que sobra de recurso é para pagar o serviço da dívida. Não há geração de caixa adicional para bancar os investimentos, por isso a necessidade do uso do caixa para arcar com os investimentos.

No que se refere ao orçamento da O&M, informou que existem 183 empregados próprios e 345 de terceiros para atender: 24 turbinas, 02 casas de forças, 36 diques de barragens, 4 canais de transposição, 33km de taludes, 17 estruturas de drenagens e outros; destacou que o modelo de gestão está compreendido em 3 macroprocessos (O&M, Comercialização e Socioambiental), destacando como funcionam a distribuição de custos em cada uma dessas áreas.

Ainda, no que se refere ao PMSO, destacou a evolução quantitativa de pessoal e os custos referente à primarização da O&M, assim como Segurança Corporativa, equipe de operadores de drones (certificados pela ANAC), operadores de embarcação em rios perigosos para operações em lugares remotos; destacou os investimentos em TI, na área de defesa contra cyber ataques e a contratação de especialistas transitórios da operação terceirizada para a primarizada, que se encerrar em 2 anos do seu início (egressos da Eletronorte). Mantendo um quando de 490 colaboradores na sua totalidade, distribuídos entre CAPEX e PMSO, desses 92 são CAPEX, que são transitórios e haverá desligamento quando finalizado. Em Relação á DAFRI o custo elevado está na migração do almoxarifado.

O coordenador, Marcelo Cavalcanti, pediu a disponibilização dos destaques dos custos dos demais serviços primarizados, assim como demonstrando da segurança corporativa, nos moldes apresentados pelo Diretor Luiz Fernando a ser disponibilizado ao Comitê.

Em seguida, apresentou o fluxo de caixa 2024, já levando em conta os juros do BNDES, que representa um ganho. Também apresentou o contingenciamento do jurídico, com os valores dispostos; apresentou o painel, com a explicação das premissas adotadas, que reflete o Book enviado aos membros, destacando que se nada for feito o prejuízo será de 967MM para 2024.

O representante da acionista Funcef, o Sr. Emerson, pediu mais tempo para avaliar antes de se posicionar sobre o encaminhamento ao Conselho do Orçamento 2024.

Na sequência, a Superintendente Sílvia Cabral destacou os pontos concernentes ao orçamento da pasta, cujo link foi disponibilizado para acesso dos membros junto com a minuta da Ata da reunião extraordinária, contendo os programas da área, perpassando os principais programas executados em conformidade com o licenciamento e apontando seus custos.

A superintendente informou que foi proposto um teto de gastos para os investimentos socioambientais, o qual se buscará atender a partir de tratativas institucionais da companhia com os órgãos e demais atores do processo de licenciamento, nos quais estão sendo questionadas as obrigações sem nexo de causalidade com o empreendimento. Relembrou a recente decisão liminar favorável à Companhia, informada pelo Presidente no preâmbulo, que afastou obrigações impostas que não conversavam com os impactos causado pelo empreendimento.

A superintendente sugeriu o envio da apresentação do planejamento orçamentário com a descrição dos valores dos programas previstos no orçamento 2024. Informou que o próximo relatório consolidado para o IBAMA, que será apresentado em março/2024, deverá conter as análises técnicas de cada condicionante no que tange a proposta da companhia na redução de escopo, conclusão da obrigação, afastamento da obrigação por configurar atividade do poder público e que será feita a gestão correspondente a cada rubrica ao longo do ano.

O representante da acionista Chesf, o Sr. Elvídio, manifestou-se solicitando as informações detalhadas para avaliar os valores previstos para as rubricas orçamentárias, sugerindo outra reunião para apresentação dos impactos dessa aprovação, apontando quais os riscos das alterações projetadas no orçamento para execução de condicionantes hoje vigentes; solicitou a apresentação de uma análise de riscos sejam eles jurídicos ou administrativos, em relação ao licenciamento para que seja avaliado com mais precisão a proposta do orçamento contingenciado. Sugeriu um comitê extraordinário, com envio anterior do material, antes da aprovação para o conselho. A superintendente Sílvia disponibilizou o material já existente, segundo a qual já representa a resposta a vários questionamentos levantados, se comprometendo a acrescentar abas explicativas. Ficou ajustado que a reunião extraordinária ocorrerá no dia 19/12 às 15:00.

Ao final, a representante da acionista Belo Monte, a Sra. Fabiane, questionou sobre a possibilidade de haver algum histórico de jurisprudência favorável à redução de condicionantes, tendo sido respondido Luiz Fernando que ocorreu durante a pandemia, mas foram renegociados por meio TCA. A Superintendente Sílvia lembrou que ao longo dos anos condicionantes, programas e projetos foram encerrados com anuência dos órgãos e que continuamente são feitas tratativas para a redução de escopos e adequação das condicionantes ao período, impactos e realidade atual do empreendimento.

Encerramento: Nada mais a tratar, encerrada a reunião e lavrada esta Ata que, depois de lida, foi assinada pela secretária da reunião, pelo Coordenador e pelos Membros presentes. Brasília/DF, 13 de dezembro de 2023.

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Coordenador

Marcos Joaquim de Santana
Secretário da reunião

Elvídio Landin do Rego Lima
Chesf

Humberto Ribeiro M. Neto
Aliança

Emerson Tetsuo Miyazaki
Funcef

Fabiane Reis
Belo Monte

Rafael Augusto Fiorine
Amazônia

Felipe Pinheiro da Cruz
Amazônia

Anibal Rodrigues Silva
Eletrobras